

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

**CONQUISTAS REAIS
PARA SONHOS REAIS**



CONSÓRCIO

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS	13
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS ..	14

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22
6. OUTROS CRÉDITOS.....	23
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	26
9. OUTRAS OBRIGAÇÕES – OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS.....	27
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	27
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	29
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	29
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	30
15. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	30
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	31
17. PARTES RELACIONADAS.....	31
18. GERENCIAMENTO DE RISCO	32
19. OUTROS ASSUNTOS.....	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações Consolidadas das Variações das Disponibilidades dos Grupos de Consórcios relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

São Paulo, 18 de agosto de 2022

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda..

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2022.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiro.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 20 de junho de 2022 e em 18 de agosto de 2022, tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 18 de agosto de 2022, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2022 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação do:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2022), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independências das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2022.

São Paulo, 18 de agosto de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

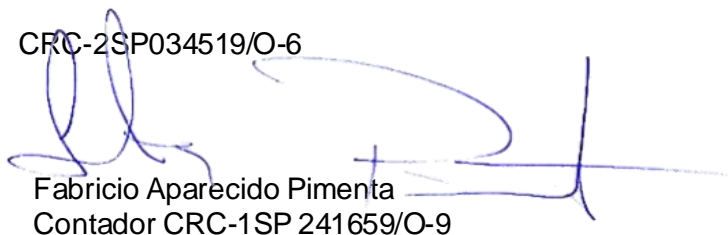
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC-1SP 241659/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2022	Dez/2021 Reapresentado	PASSIVO	Nota	Jun/2022	Dez/2021 Reapresentado
CIRCULANTE		191.085	237.265	CIRCULANTE		81.650	55.966
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	61	105	Outras Obrigações		81.650	55.966
Disponibilidades		61	105	Obrigações Fiscais Correntes	9	22.828	1.860
Instrumentos Financeiros	5	150.630	213.364	Diversas	8	58.822	54.106
Títulos e Valores Mobiliários		150.630	213.364	NÃO CIRCULANTE		107.293	230.332
Outros Créditos	6	40.394	23.796	Provisões	10	15.528	15.650
Despesas Antecipadas		16.141	-	Outras Obrigações		90.339	213.417
Ativo Fiscal Corrente		23.842	13.806	Recursos Não Procurados	8	90.339	213.417
Diversos		411	9.990	Obrigações Fiscais Diferidas	9	1.426	1.265
NÃO CIRCULANTE		678.328	677.623	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		680.470	628.590
Instrumentos Financeiros	5	586.647	618.485	Capital	11	543.132	543.132
Títulos e Valores Mobiliários		586.647	618.485	De Domiciliados no País		543.132	543.132
Outros Créditos	6	54.209	15.042	Reserva de Lucros		137.338	85.458
Despesas Antecipadas		38.368	-				
Ativo Fiscal Corrente		-	8.858				
Diversos		15.841	6.184				
Ativo Fiscal Diferido	6	37.472	44.096				
TOTAL DO ATIVO		869.413	914.888	TOTAL DO PASSIVO		869.413	914.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por cota)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u> <u>Reapresentado</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		26.117	19.897
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5	26.117	19.897
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		26.117	19.897
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		52.695	31.750
Rendas de Prestação de Serviços	12	109.569	127.200
Outras Despesas Administrativas	13	(42.416)	(81.279)
Despesas Tributárias	16	(12.447)	(13.661)
Outras Receitas Operacionais	14	4.308	3.391
Despesas com Provisões	15	(753)	(736)
Outras Despesas Operacionais	15	(5.566)	(3.165)
RESULTADO OPERACIONAL		78.812	51.647
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(220)	(92)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		78.592	51.555
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7a	(26.712)	(17.518)
Provisão para Tributos Correntes	7b	(19.927)	(9.438)
Provisão para Tributos Diferidos	7b	(161)	(49)
Ativo Fiscal Diferido	7e	(6.624)	(8.031)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	11	51.880	34.037
RESULTADO LÍQUIDO POR COTA		0,10	0,06
Total de cotas 543.132.650			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Resultado Líquido do Período	51.880	34.037
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	51.880	34.037

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	543.132	4.538	17.754	-	565.424
Resultado Líquido do Período	-	-	-	34.037	34.037
Destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	1.702	-	(1.702)	-
Reservas de Lucro	-	-	32.335	(32.335)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	543.132	6.240	50.089	-	599.461
Mutações do Período	-	1.702	32.335	-	34.037
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	543.132	7.696	77.762	-	628.590
Resultado Líquido do Período				51.880	51.880
Destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	2.594	-	(2.594)	-
Reservas de Lucro	-	-	49.286	(49.286)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	543.132	10.290	127.048	-	680.470
Mutações do Período	-	2.594	49.286	-	51.880

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		57.540	31.488
Resultado Líquido Do Período		51.880	34.037
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	10b	(122)	583
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	14	(1.488)	(753)
Tributos Diferidos	7e	6.785	8.080
Provisão para Tributos Correntes	7b	19.927	9.438
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5	(26.117)	(19.897)
Despesa com Comissão Diferida	13	6.675	-
Varição de Ativos e Obrigações		(71.563)	(28.664)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		5.562	1.620
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(61.184)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(10.450)	(23.103)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(5.491)	(7.181)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(14.023)	2.824
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		13.979	(4.580)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		13.979	(4.580)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		(44)	(1.756)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		105	1.810
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		61	54
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(44)	(1.756)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2022	Dez/2021	PASSIVO	Nota	Jun/2022	Dez/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.668	1.572	Outras Obrigações		1.246.267	1.216.059
Depósitos Bancários		7.668	1.572	Obrigações Com Consorciados		417.499	406.018
Instrumentos Financeiros		471.295	502.800	Valores a Repassar		27.282	29.150
Títulos e Valores Mobiliários	5	471.295	502.800	Obrigações por Contemplações a Entregar		392.750	379.796
Outros Ativos		767.304	711.687	Obrigações com a Administradora		69	134
Direitos com Consorciados Contemplados		767.304	711.687	Recursos a Devolver a Consorciados		331.829	338.522
Normais		759.499	704.775	Recursos dos Grupos		76.838	62.439
Em Atraso		7.479	6.466	Compensação		6.106.189	5.767.570
Em Cobrança Judicial		326	446	Recursos Mensais a Receber de		53.422	51.270
Compensação		6.106.189	5.767.570	Consortiados		3.265.167	3.071.358
Previsão Mensal de Recursos a Receber dos		53.422	51.270	Obrigações do Grupo por Contribuição		2.787.600	2.644.942
Consortiados		3.265.167	3.071.358	Bens a Contemplar - Valor			
Contribuições Devidas ao Grupo		2.787.600	2.644.942				
Valor dos Bens a Contemplar							
TOTAL DO ATIVO		7.352.456	6.983.629	TOTAL DO PASSIVO		7.352.456	6.983.629

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>jun/2022</u>	<u>jun/2021</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE		504.372	412.730
Depósitos Bancários		1.572	4.055
Aplicações Financeiras		502.800	408.675
(+) Recursos Coletados		568.308	549.906
Contribuições para Aquisição de Bens		412.834	399.771
Taxa de Administração		93.570	109.265
Contribuições ao Fundo de Reserva		21.607	17.942
Rendimento de Aplicações Financeiras		20.476	4.069
Multas e Juros Moratórios		2.916	2.699
Prêmio de Seguro		9.463	10.408
Custas Judiciais		-	3
Reembolso de Despesas de Registro		397	-
Outros		7.045	5.749
(-) Recursos Utilizados		593.717	509.327
Aquisição de Bens		377.981	294.938
Taxa de Administração		97.317	113.344
Multas e Juros Moratórios		1.454	1.349
Prêmio de Seguro		9.858	11.015
Custas Judiciais		-	3
Devolução a Consorciados Desligados		53.165	23.033
Despesas Registro de Contrato		394	-
Outros		53.548	65.645
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE		478.963	453.309
Depósitos Bancários		7.668	5.211
Aplicações Financeiras	5	471.295	448.098

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), situada na Avenida Indianópolis, 3.096, São Paulo-SP, Brasil, tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos, controlada diretamente pelo Banco GM S.A., com sede administrativa no mesmo endereço da Administradora, cujo controle final é detido pela General Motors Financial Company, Inc., situada no Texas, Estados Unidos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em de 18 de agosto de 2022.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A partir de janeiro de 2022, com a vigência da Resolução BCB nº 120/21, proveniente da Resolução CMN nº 4.924/21, as Administradoras de Consórcio passaram a observar os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- v. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (parcial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Alterações na apresentação das Demonstrações Financeiras

Com o objetivo de melhorar a divulgação das informações contábeis aos usuários e para obter maior similaridade com as resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil e as classificações COSIF, a Administradora optou por realizar alterações no modo em que são apresentadas as Demonstrações Financeiras a partir de 30 de junho de 2022. As principais alterações realizadas foram no âmbito do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, sendo as notas explicativas alteradas para espelharem as mudanças. Abaixo, rerepresentamos as peças citadas das Demonstrações Financeiras com a devida reconciliação de saldos, as quais podem ser identificadas através dos caracteres alfabéticos similares:

ATIVO	Dez/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
CIRCULANTE	237.265	-	237.265
Outros Créditos	23.796	-	23.796
Ativo Fiscal Corrente	-	13.806	13.806 a
Diversos	23.796	(13.806)	9.990 a
NÃO CIRCULANTE	677.623	-	677.623
Outros Créditos	15.042	-	15.042
Ativo Fiscal Corrente	-	8.858	8.858 a
Diversos	15.042	(8.858)	6.184 a
Ativo Fiscal Diferido	44.096	-	44.096
TOTAL DO ATIVO	914.888	-	914.888
		Dez/21	
PASSIVO	Anterior	Reclassificação	Atual
CIRCULANTE	278.816	(222.850)	55.966
Outras Obrigações	227.437	(171.471)	55.966
Obrigações Fiscais Correntes	-	1.860	1.860 b
Fiscais e previdenciárias	10.233	(10.233)	- b
Recursos Não procurados	213.417	(213.417)	- c
Diversas	3.787	50.319	54.106 b d
Provisões	51.379	(51.379)	- d
NÃO CIRCULANTE	7.482	222.850	230.332
Provisões	3.534	12.116	15.650 d
Outras Obrigações	3.948	209.469	213.417
Recursos Não Procurados	-	213.417	213.417 c
Fiscais e previdenciárias	3.948	(3.948)	- b
Obrigações Fiscais Diferidas	-	1.265	1.265 b
TOTAL DO PASSIVO	914.888	-	914.888

Jun/21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Atual</u>	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	31.751	(1)	31.750	
Outras Despesas Administrativas	(81.269)	(10)	(81.279)	a
Despesas Tributárias	(13.671)	10	(13.661)	a
Despesas com Provisões	-	(736)	(736)	b
Outras Despesas Operacionais	(3.900)	735	(3.165)	b
RESULTADO OPERACIONAL	51.648	(1)	51.647	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	51.556	(1)	51.555	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(17.519)	1	(17.518)	
Provisão para Tributos Correntes	-	(9.438)	(9.438)	c
Provisão para Tributos Diferidos	-	(49)	(49)	d
Provisão para imposto de renda	(6.937)	6.937	-	c
Provisão para contribuição social	(2.502)	2.502	-	c
Ativo Fiscal Diferido	(8.080)	49	(8.031)	d
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	34.037	-	34.037	

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1 Administradora

a) Resultado das operações

A receita por taxa de administração é reconhecida na apuração do resultado dentro do mês em que ocorre, seguindo assim o regime de competência. A partir de 01/01/2022, as despesas de comissões pela venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado conforme o período de vigência do grupo, sendo os montantes a diferir reconhecidos no ativo, na rubrica de despesas antecipadas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

c) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no semestre findo em 30 de junho de 2022.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2022, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

j) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 02/20, resultado não recorrente é aquele sem relação às atividades típicas da instituição ou que ocorra incidentalmente ou sem previsão de frequência de ocorrência. A instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente.

Os eventos de resultados não recorrentes serão segmentados nas notas explicativas de resultado, juntamente à explicação do evento que os originou e seus efeitos financeiros identificados.

k) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 01/01/2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Em linha com o pronunciamento, a Administradora identifica como obrigação de performance a transferência do serviço de administração do recurso e reconhece a receita de taxa de administração por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

competência, ou seja dentro do período de competência. Em face das despesas de comissão, estas são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato e não incorreriam se este não existisse, sendo sua amortização realizada no decorrer do contrato, conforme o serviço é prestado ao cliente e no prazo inicialmente acordado. Antes da vigência da Resolução em questão, a receita e a despesa de comissão eram reconhecidas, respectivamente, conforme as parcelas do recebimento de grupos eram recebidas e pela comercialização da cota de consórcio.

I) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instrução Normativa BCB nº 208/21, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente, conforme demonstradas nas notas 5 e 8.

3.2 Grupos de Consórcio

a) Instrumentos Financeiros

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	Jun/2022	Jun/2021
Quantidade de grupos administrados	246	258
Quantidade de cotas ativas	90.415	98.656
Quantidade de cotas desistentes e excluídas	219.907	201.857
Quantidade de bens entregues no semestre	6.315	5.952
Quantidade de bens pendentes de entrega	5.993	6.160
Taxa de inadimplência	12,97%	15,03%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Disponibilidades em Moeda Nacional	61	105
Total	61	105

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Certificados de Depósitos Bancários				
Banco GMS.A. - CDB Prefixado (i) (nota 17d)	646.938	618.485	-	-
Certificados de Depósitos Bancários				
Fundo de Investimento em DI (ii)	90.339	213.364	471.295	502.800
Total	737.277	831.849	471.295	502.800

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até julho de 2024, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 4,85% (aplicação pactuada em fevereiro de 2021) e 13,38% (aplicação pactuada em junho de 2022). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$21.962 (R\$17.674 em 30 de junho de 2021), conforme nota 17 d.
- (ii) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento para a Administradora, e como disponíveis para venda em Grupos, sendo em ambos os casos mensuradas pela cota do fundo na data do balanço. Em 2022, conforme prática mencionada na nota 3k, a Administradora deixou de reconhecer como ativo as aplicações vinculadas aos recursos não procurados, cuja constituição tenha ocorrido após a Lei nº 11.795, gerando assim um desconhecimento de R\$ 106.710 na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários, sendo que essa alteração não teve efeito nas disponibilidades financeiras da Administradora ou no resultado. No semestre o resultado de com fundo de investimentos DI foi de R\$ 4.155 (R\$ 2.223 em 30 de junho de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Jun/2022				Dez/2021		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	De 1 a 4 anos	Total
Administradora							
Certificados de Depósitos Bancários	-	60.291	586.647	646.938	-	618.485	618.485
Fundo Santander Referenciado DI Exclusive	90.339	-	-	90.339	-	-	-
Fundo BRAM FI Referenciado DI Federal II	-	-	-	-	213.364	-	213.364
Total	90.339	60.291	586.647	737.277	213.364	618.485	831.849
Grupos							
Fundo Santander Referenciado DI Exclusive	471.295	-	-	471.295	-	-	-
Fundo BRAM FI Referenciado DI Federal II	-	-	-	-	502.800	-	502.800
Total	471.295	-	-	471.295	502.800	-	502.800

6. OUTROS CRÉDITOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Jun/2022	Dez/2021
Créditos Tributários - IR e CS (nota 7c)	37.472	44.096
Depósitos Judiciais (ii)	15.841	15.144
Impostos a Recuperar (i)	23.842	22.664
Comissões Diferidas (iii)	54.509	-
Outros Créditos	411	1.030
Total	132.075	82.934
Ativo Circulante	40.394	23.796
Ativo Não Circulante	91.681	59.138
	132.075	82.934

- (i) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Prefixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do período corrente.
- (ii) Refere-se substancialmente à recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.
- (iii) Trata-se de diferimento de comissões pela negociação de contratos e consideradas como custo incremental. Com o advém da Resolução nº 120, de 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil adotou a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, fazendo com que as comissões deixassem de ser reconhecidas integralmente no início do contrato e fossem apropriadas conforme a vida útil dele.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	Jun/2022		Jun/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação	78.592	78.592	51.555	51.555
Alíquota Utilizada para Cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(19.648)	(7.073)	(12.889)	(4.640)
Total de IR e CS sobre despesas permanentes	(19.648)	(7.073)	(12.889)	(4.640)
Outras Adições/Exclusões Permanentes	(3)	-	(1)	-
Adicional de Imposto de Renda	12		12	
Despesas de IR e CS no período	(19.639)	(7.073)	(12.878)	(4.640)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.712)		(17.518)	

- b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

	Jun/2022		Jun/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(14.649)	(5.278)	(6.936)	(2.502)
Prejuízo Fiscal	(6.283)	(2.262)	(2.978)	(1.072)
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	(130)	(45)	(135)	(47)
Provisão Para Riscos Fiscais	98	36	22	8
Provisões Para Comissões	1.443	519	(2.815)	(1.014)
Correção de Depósitos Judiciais	(118)	(43)	(36)	(13)
Total	(19.639)	(7.073)	(12.878)	(4.640)
Total de IR e CS	(26.712)		(17.518)	

- c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2022		Dez/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo e Base Fiscal Negativa	11.625	4.235	17.908	6.497
Adições Temporárias:				
Provisão Para Riscos Fiscais	2.863	1.030	2.764	995
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.019	367	1.148	413
Provisão Para Comissões	12.010	4.323	10.567	3.804
	37.472		44.096	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- d) Realização do valor presente dos ativos fiscais diferidos ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2022:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total	Total
2022	6.316	4.556	2.272	1.640	14.784	13.008
2023	8.394	7.069	3.023	2.595	21.081	16.308
2024	874	-	315	-	1.189	814
2025	29	-	10	-	39	24
2026	279	-	100	-	379	211
Total	15.892	11.625	5.720	4.235	37.472	30.365

O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 30.365 em 30 de junho de 2022 (R\$ 39.702 em 31 de dezembro de 2021).

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

- e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

	Dez/2021	Constituição (Realização) Líquidas	Jun/2022
Provisão Para Riscos Fiscais	3.759	134	3.893
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.561	(175)	1.386
Provisão Para Comissões	14.371	1.962	16.333
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	19.691	1.921	21.612
Créditos de Prejuízo Fiscal	17.908	(6.283)	11.625
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	6.497	(2.262)	4.235
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	24.405	(8.545)	15.860
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	44.096	(6.624)	37.472
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.265)	(161)	(1.426)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(1.265)	(161)	(1.426)
Saldo Líquido	42.831	(6.785)	36.046

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Dez/2020	Constituição (Realização) Líquidas	Jun/2021
Provisão Para Riscos Fiscais	3.660	30	3.690
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.571	(182)	1.389
Provisão Para Comissões	21.866	(3.829)	18.037
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	27.097	(3.981)	23.116
Créditos de Prejuízo Fiscal	23.425	(2.978)	20.447
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	8.483	(1.072)	7.411
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	31.908	(4.050)	27.858
Total de Créditos Tributários	59.005	(8.031)	50.974
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.115)	(49)	(1.164)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas	(1.115)	(49)	(1.164)
Saldo Líquido	57.890	(8.080)	49.810

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição das outras obrigações diversas:

	Jun/2022	Dez/2021 (reapresentado)
Obrigações com Grupo de Consórcios/Consorticiados (i)	90.339	213.417
Provisão para Comissões	48.037	42.267
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 17d)	3.523	3.787
Outras Obrigações	7.262	8.052
Total	149.161	267.523
Passivo Circulante	58.822	54.106
Passivo Não Circulante	90.339	213.417
	149.161	267.523

- (i) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo de Investimento DI. Do total de recursos não procurados, apenas R\$85.139 (R\$ 106.710 em 31 de dezembro de 2021) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução. Em 2022, conforme prática mencionada na nota 3k, os montantes de recursos não procurados, cuja constituição tenha sido após a Lei nº 11.795, deixaram de ser reconhecidos como passivo, constando apenas em contas de compensação, sendo que essa alteração não teve efeito nas disponibilidades financeiras da Administradora ou no resultado. O efeito de dedução do passivo, frente ao desconhecimento, foi de R\$ 106.710.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES – OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Jun/2022	Dez/2021 (reapresentado)
Outros Impostos Indiretos a Pagar (ii)	2.901	1.811
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	19.927	49
Provisão Para Imposto Diferido de Atualização de Depósitos Judiciais (i) (nota 7e)	1.426	1.265
Total	24.254	3.125
Passivo Circulante	22.828	1.860
Passivo Não Circulante	1.426	1.265
	24.254	3.125

- (i) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.
- (ii) Referem-se basicamente aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$ 2.770 (R\$1.614 em 31 de dezembro de 2021) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$ 131 (R\$197 em 31 de dezembro de 2021).

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Jun/2022	Dez/2021
Provisões Para Riscos Fiscais	11.451	11.056
Provisões Para Riscos Cíveis	3.599	4.126
Provisões Para Riscos Trabalhistas	478	468
Total	15.528	15.650

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.056	468	4.126	15.650
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	395	10	(527)	(122)
Saldo em 30 de junho de 2022	11.451	478	3.599	15.528
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.764	782	3.840	15.386
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	88	3	492	583
Valores Pagos no Período	-	(169)	(862)	(1.031)
Saldo em 30 de junho de 2021	10.852	616	3.470	14.938

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	Jun/2022		Dez/2021	
	Quantidade de Processos	Montante	Quantidade de Processos	Montante
Cíveis	655	7.927	601	7.053
Trabalhista	2	46	2	39
Fiscais	10	2.369	9	2.162
Total	667	10.342	612	9.254

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento).
- A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 8.286 até a data da publicação.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 543.132.650 cotas sem valor nominal, das quais 543.132.627 são integralizadas por empresa constituída no país e 23 no exterior, no montante total de R\$543.132 em 30 de junho de 2022 (543.132.650 cotas sem valor nominal, no montante de R\$543.132 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 51.880 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$34.037 em 30 de junho de 2021), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas de prestação de serviços referem-se, principalmente, à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	Jun/2022	Jun/2021
Taxa de Administração de Consórcio	97.376	112.812
Taxa de Administração de Grupos Encerrados	11.302	13.364
Serviços Acessórios	891	1.024
Total	109.569	127.200

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Recorrente	(42.416)	(81.279)
Despesa de rateio com partes relacionadas (i) (nota 17d)	(21.416)	(17.989)
Sistemas de Processamento de Dados	(7.648)	(7.165)
Comissões Pagas às Concessionárias (ii)	(6.675)	(48.189)
Propaganda e Publicidade	(1.796)	(2.097)
Serviços de Terceiros	(1.392)	(1.879)
Outras Despesas Administrativas	(1.038)	(1.531)
Serviços Técnicos Especializados	(857)	(674)
Despesas com Sistema Financeiro	(846)	(942)
Sistemas de Comunicação	(744)	(803)
Despesas Tributárias Administrativas	(4)	(10)
Total	(42.416)	(81.279)

(i) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento e prediais realizada para o Banco GM S.A., informado como partes relacionadas na nota explicativa 17.

(ii) Refere-se à despesa diferida de comissões apropriadas no decorrer do prazo do contrato, em consonância à Resolução BCB nº 120, vigente no início de 2022, que adotou parcialmente a aplicação do CPC 47. O efeito no resultado frente à nova prática é prospectivo e está demonstrada no quadro abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Jun/2022	
	Prática Contábil Anterior	Nova Prática Contábil
Ativo	-	54.509
Comissões Diferidas	-	54.509
Resultado	(61.184)	(6.675)
Comissões Pagas às Concessionárias	(61.184)	(6.675)

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Jun/2022	Jun/2021
Recorrente	4.308	3.391
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	1.488	753
Receita de Multa e Juros	1.472	1.375
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	875	1.183
Recuperação de Despesas	473	80
Total	4.308	3.391

15. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Recorrente	(6.319)	(3.901)
Varição Monetária de Recursos Não Procurados (i)	(4.155)	(2.149)
Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(1.061)	(882)
Atualização Monetária de Contingências Fiscais	(395)	(88)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(358)	(648)
Outras Despesas Operacionais	(350)	(134)
Total	(6.319)	(3.901)

- (i) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo de Investimento Santander Referenciado DI Títulos Públicos Exclusive (até abril de 2022 a atualização era realizada pelo Fundo de Investimento BRAM Referenciado DI Federal II).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
COFINS	(5.717)	(5.982)
ISS	(5.552)	(6.429)
PIS	(1.178)	(1.250)
Total	(12.447)	(13.661)

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF.

b) Benefícios de curto prazo

<u>Salários e Honorários da Diretoria Executiva</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Remuneração Fixa	412	686
Remuneração Variável	846	648
Total	1.258	1.334

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 30 de junho de 2021 para resultados, e 31 de dezembro de 2021 para saldos patrimoniais são resumidos como segue:

	<u>Jun/2022</u>		<u>Dez/2021</u>	<u>Jun/2021</u>
	<u>Ativo (Passivo)</u>	<u>Receita (Despesa)</u>	<u>Ativo (Passivo)</u>	<u>Receita (Despesa)</u>
Empresas Controladoras				
Banco GM S.A.:				
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	646.938	21.962	618.485	17.674
Outras Obrigações Diversas (i) (nota 8 e 13)	(3.523)	(21.416)	(3.787)	(17.989)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando ao CRO;
 - (ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
 - (iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (*KRIs*), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
 - (iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
 - (v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

- (vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

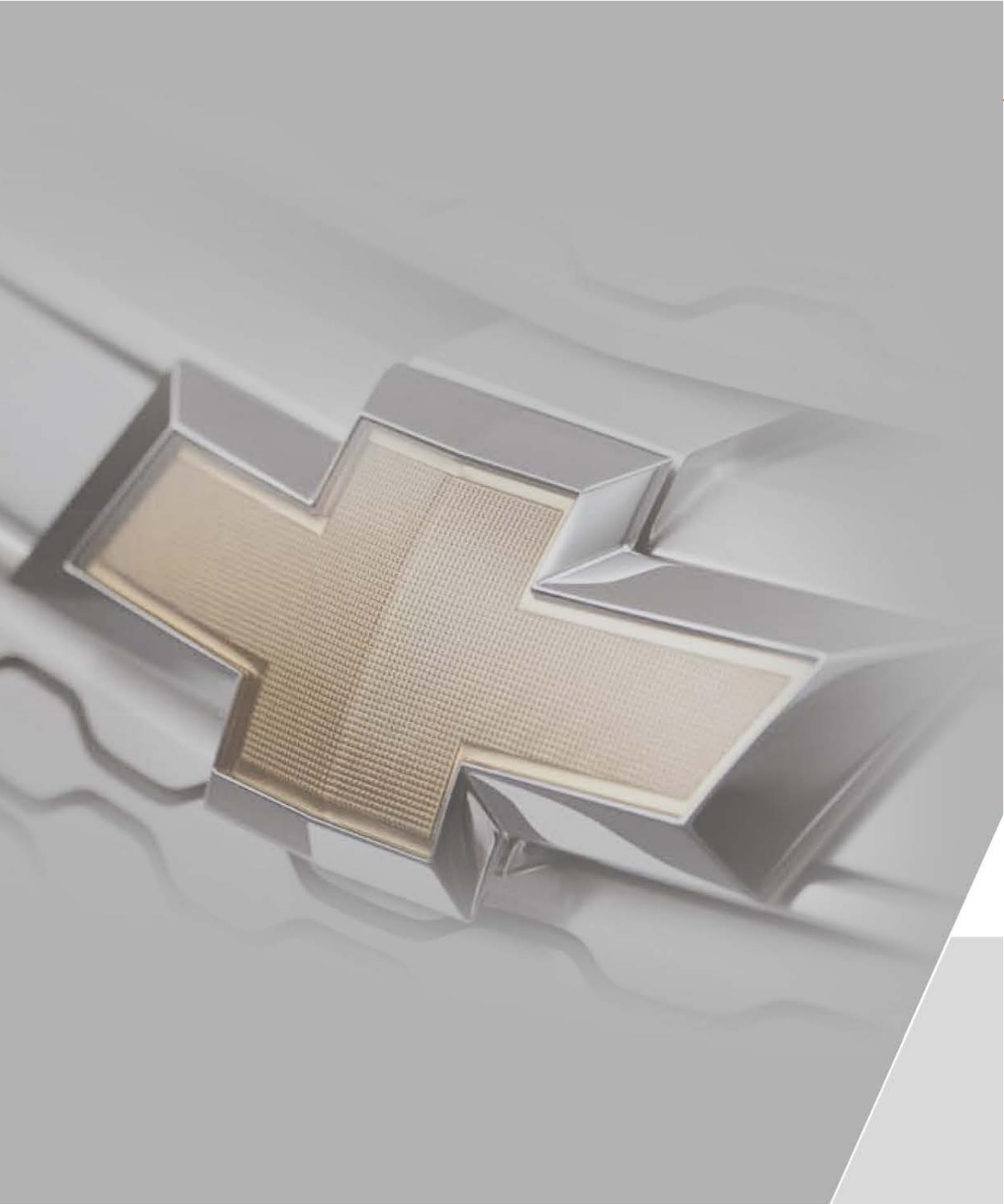
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

19. OUTROS ASSUNTOS

A Administração acompanha tempestivamente os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19 e seus impactos para o mercado e para as operações da Administradora, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da Organização Mundial da Saúde. Ao longo da pandemia, a Administradora adotou diversas medidas de prevenção para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o desenvolvimento de canais digitais para manter a proximidade com o cliente, além da adoção facultativa à Circular nº 4.009/20 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre medidas temporárias aplicáveis à constituição e manutenção dos grupos de consórcio.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS